

MEMÓRIA SOCIAL MIGRANTE

FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA ABORDAGEM DA MEMÓRIA SOCIAL EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO

Uiara Lopes Miranda

Fabício José Nascimento da Silveira

RESUMO

A relação entre memória e migração tem ganhado centralidade em debates contemporâneos, mas permanece marcada por dispersões conceituais e usos não sistematizados de expressões como “*migrant memory*” e “memória migrante”. Embora esses termos circulem em diferentes campos — das artes aos estudos culturais —, raramente dialogam de modo direto com a tradição da memória social. O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica crítica que articula autores clássicos da memória social (Halbwachs, 1925, 1990; Pollak, 1989; Bosi, 2007; Ricoeur, 2007) com contribuições dos estudos da migração, da diáspora e sobre identidade (Sayad, 1998; Hall, 1992, 2003; Gilroy, 2001; Glissant, 2005; Pratt, 1999; hooks, 2022) buscando compreender como o deslocamento reconfigura quadros de pertencimento, práticas de lembrar e modos de existência. A partir desse percurso, propõe-se o conceito de Memória Social Migrante como subcategoria analítica que descreve formas de memória social produzidas em contextos de migração, caracterizadas pela recomposição contínua de vínculos, pela seletividade ética do lembrar, pela circulação transnacional de referências e pela articulação entre silêncio, perda, resistência e invenção. Ao sistematizar debates dispersos e indicar lacunas no campo, o artigo contribui para consolidar a Memória Social Migrante como ferramenta teórica para a compreensão das experiências de deslocamento e das práticas sociais e informacionais de lembrar em contextos de mobilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Memória social; Memória social migrante; Migração; Diáspora; Identidade.

ABSTRACT

The relationship between memory and migration has gained increasing relevance in contemporary debates, yet it remains marked by conceptual dispersion and by non-systematized uses of expressions such as “*migrant memory*” or “memória migrante”. Although these terms appear across diverse fields — from arts to cultural studies — they rarely engage directly with the tradition of social memory studies. This article presents a critical literature review that connects classical contributions to social memory (Halbwachs, 1925, 1990; Pollak, 1989; Bosi, 2007; Ricoeur, 2007) with theoretical frameworks from migration, diaspora and identity studies (Sayad, 1998; Hall, 1992, 2003; Gilroy, 2001; Glissant, 2005; Pratt, 1999; hooks, 2022) examining how displacement reconfigures belonging, narrative practices, and modes of existence. Drawing on this dialogue, the article proposes the concept of social migrant memory (*memória social migrante*) as an analytical subcategory that captures forms of memory produced in migratory contexts, characterized by the continuous recomposition of social frameworks, the ethical selectivity of remembering, the transnational circulation of cultural references, and the intertwining of silence, loss, resistance, and invention. By systematizing dispersed debates and highlighting gaps in the literature, the article contributes to consolidating social migrant memory as a theoretical tool for understanding displacement

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

experiences and the social practices of remembering in contexts of mobility.

KEYWORDS: Social memory; Social migrant memory; Migration; Diaspora; Identity.

INTRODUÇÃO

As reflexões contemporâneas sobre memória social partem do princípio de que lembrar é um ato situado, pautado pelos contextos sociais, pelos quadros de pertencimento e pelas relações que sustentam a vida coletiva. A memória não é um depósito estático de fatos, mas um processo social pelo qual sujeitos e grupos selecionam, interpretam e atualizam o passado de acordo com as necessidades e significados do presente. Quando o campo da memória se encontra com o fenômeno migratório, essa disputa adquire novas camadas de densidade: lembrar, esquecer, silenciar e reinventar tornam-se gestos marcados pelo trânsito entre territórios, línguas, vínculos e identidades.

A literatura internacional tem produzido contribuições importantes sobre memória e migração, seja a partir das teorias da diáspora (Hall, 1992, 2003; Gilroy, 2001; Glissant, 2005) ou dos estudos sobre identidade e pertencimento (hooks, 2022). Entretanto, apesar da relevância desse conjunto de reflexões, permanece dispersa na literatura a sistematização conceitual de como a experiência migratória produz formas específicas de memória social — atravessadas simultaneamente pela ruptura e pela continuidade, pela provisoriedade e pela invenção, pelo trauma e pela esperança.

Nos últimos anos, expressões como “*migrant memory*” e “memória migrante” têm aparecido em estudos vinculados aos campos das artes, do patrimônio e dos estudos culturais. Contudo, na maior parte das vezes, essas expressões cumprem função descritiva — ora significando a memória “de” migrantes, ora indicando a memória que circula entre fronteiras — sem constituírem uma categoria analítica consolidada e em diálogo com a tradição clássica da memória social (Halbwachs, 1925, 1990; Bosi, 2007; Pollak, 1989; Ricoeur, 2007).

Não obstante, a lacuna conceitual que emerge desse cenário consiste em compreender as formas de memória social produzidas em contextos de deslocamento migratório, diáspora e reinscrição identitária e como articular a memória, tomada

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

enquanto um processo social, histórico e político, com a mobilidade. Assim, estabelecemos a seguinte questão como norteadora deste artigo: de que forma a experiência migratória reconfigura os quadros sociais de memória, demandando a sistematização de uma nova subcategoria analítica? O objetivo é estabelecer uma discussão que permita compreender a complexidade das lembranças que se movem — e se transformam — junto com os sujeitos. Seja nas narrativas de migrantes, nos acervos diaspóricos, nas práticas culturais em circulação transnacional ou nos estudos da informação, a memória social migrante oferece uma chave analítica potente para compreender como sujeitos em movimento produzem e reinventam sentidos de si e do mundo.

Tendo isso em vista, buscamos responder à pergunta acima formulada por meio de uma revisão bibliográfica crítica centrada em mapear os principais debates entre memória social, migração e diáspora, identificando convergências, tensões e lacunas. A partir desse percurso, propõe-se a sistematização do conceito de Memória Social Migrante como uma subcategoria analítica que articula:

- i) a tradição da memória social e
- ii) as teorias da migração, da diáspora e da identidade.

O objetivo não é apenas apresentar o estado da arte, mas oferecer uma contribuição conceitual para o campo, evidenciando que a memória produzida em contextos migratórios não se reduz a lembranças individuais ou registros de origem, mas que se configura como um território relacional, transnacional e politicamente situado — onde se disputam significados, se elaboram perdas, se reinventam pertencas e se constroem novas moradas simbólicas.

Assim, ao revisitar autores(as) clássicos(as) e contemporâneos(as), ao examinar usos dispersos do termo “memória migrante” e ao articular essas perspectivas à luz dos estudos da diáspora, este artigo delineia um quadro teórico que fundamenta a compreensão do conceito de Memória Social Migrante. Uma memória que se move com os corpos, se protege nos silêncios, se reinscreve nos gestos cotidianos e produz, no trânsito, novos modos de existir.

PERCURSO METODOLÓGICO

Conforme já salientado, este artigo busca compreender como diferentes tradições teóricas têm articulado memória, migração e diáspora. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica crítica guiada pela necessidade de mapear os(as) autores(as), conceitos e tensões que estruturam esses campos.

O percurso metodológico adotado parte, assim, de uma premissa importante: o campo da memória social, especialmente em diálogo com a migração e a diáspora, não se organiza de forma linear ou homogênea. Os estudos se distribuem em diferentes tradições disciplinares — sociologia, antropologia, história oral, filosofia, estudos culturais — e emergem de contextos geopolíticos distintos, produzindo abordagens que ora convergem, ora se tensionam. Por essa razão, a revisão guiou-se por uma pergunta central: quais contribuições teóricas são essenciais para compreender a memória como prática social em contextos migratórios?

A partir dessa pergunta, foram delimitados dois eixos de leitura:

- (a) autores clássicos da memória social, como Halbwachs (1925, 1990), Pollak (1989), Bosi (2007) e Ricoeur (2007);
- (b) teóricos da migração, da diáspora e da identidade, como Hall (1992, 2003) Gilroy (2001), Glissant (2005), Pratt (1999) e hooks (2022).

Embora o termo “memória migrante” apareça em diferentes campos — especialmente nas artes, na literatura e nos estudos sobre patrimônio —, a leitura crítica dessas publicações revelou um uso predominantemente descritivo, pouco articulado com a tradição da memória social. Esse vazio conceitual, percebido durante a escuta das trajetórias de vida de migrantes venezuelanos em Belo Horizonte¹, orientou a revisão no sentido de identificar, entre autores clássicos e contemporâneos, elementos que possibilitassem sistematizar uma subcategoria teórica própria, capaz de dar conta das especificidades da memória social em contextos de deslocamento e trânsito identitário.

¹ Objeto central da tese de doutoramento da qual deriva este texto.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Em síntese, o percurso metodológico que subsidiou a revisão é interpretativo e relacional: opera por aproximação de ideias, por diálogo entre tradições teóricas e pela identificação de lacunas que abrem espaço para a proposta conceitual apresentada nas próximas seções. A necessidade de sistematizar o conceito de Memória Social Migrante (MSM) não é apenas teórica, ela emergiu da prática de pesquisa, como uma ferramenta importante para a compreensão das formas de resistência e de reinvenção identitária observadas no campo. O objetivo não é produzir um catálogo exaustivo, mas construir um quadro teórico que permita compreender a Memória Social Migrante como uma forma de memória social que se reinscreve no movimento — entre territórios, entre quadros de pertencimento, entre tempos e vozes.

MEMÓRIA SOCIAL: BASES CONCEITUAIS

A memória social, categoria consolidada ao longo do século XX, oferece um arcabouço teórico importante para compreendermos como grupos e sujeitos constroem continuidades, pertencas e sentidos diante das rupturas da vida histórica. Ela parte da premissa, formulada por Halbwachs (1925; 1990), de que lembrar não é um gesto isolado ou puramente mental, mas uma prática social ancorada em quadros coletivos que moldam o que pode ser recordado, como deve ser narrado e em que condições esse passado se torna socialmente significativo. A memória, nesse sentido, não é apenas herança: é uma negociação permanente entre o vivido, o narrado e o reconhecido.

Pierre Nora (1986), na esteira de Halbwachs, discute os lugares de memória, entendidos como marcos simbólicos onde a lembrança se ancora quando os ambientes sociais que antes a sustentavam entram em declínio. Para Nora, a memória coletiva se fixa em objetos, rituais, espaços e práticas que funcionam como suportes materiais e imateriais do recordar. Essa perspectiva complementa a tradição da memória como uma construção social ao evidenciar que, quando os quadros sociais se fragmentam, surgem dispositivos simbólicos que tentam compensar essa perda, estabilizando referências comuns. No contexto migratório, esses “lugares” podem ser reconfigurados ou reinventados, pois a memória deixa de se apoiar em

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

um território contínuo e passa a depender de marcas móveis — objetos, narrativas, redes afetivas — que acompanham o sujeito no deslocamento.

Michael Pollak (1989) introduz no campo dos estudos sobre memória o conceito de *memórias subterrâneas* tendo em vista designar lembranças que permanecem à margem das narrativas públicas e hegemônicas. Para o autor, a memória social não é um registro neutro do passado, mas um campo atravessado por seleções, disputas e hierarquias no qual determinados acontecimentos são destacados enquanto outros são silenciados. As memórias subterrâneas correspondem, assim, a experiências, versões e sentidos que não encontram lugar nas formas oficiais de enunciação, permanecendo relegados ao âmbito privado, fragmentário ou não verbalizado, ainda que continuem a moldar identidades e percepções do vivido.

Paul Ricoeur (2007), por sua vez, problematiza a ética da lembrança, destacando que toda memória é seletiva: lembrar é escolher, e escolher é assumir responsabilidades. Entre o excesso e a falta, entre o trauma e o esquecimento, o sujeito é convocado a reconstruir narrativas possíveis, reconhecendo tanto a fragilidade quanto a potência do ato de rememorar. Essa perspectiva é fundamental para pensar a memória em contextos de migração, nos quais o passado pode ser simultaneamente uma ferida e uma âncora — algo que se quer preservar e, ao mesmo tempo, manter à distância.

Ao lado desses silêncios ou lacunas, Ecléa Bosi (2007) destaca que a memória opera como vínculo afetivo com o passado: sua transmissão ocorre tanto por palavras quanto por gestos, ritmos, objetos e práticas que atravessam gerações. Recordar, para a autora, é fazer viver uma experiência que se atualiza no presente, entre presenças e ausências, entre aquilo que se pode dizer e aquilo que só se pode sentir. A memória, assim, não é apenas uma operação cognitiva: é afeto, corpo, repetição e cuidado. Em contextos migratórios — onde o território, a língua e os vínculos se reorganizam — essa dimensão sensível torna-se um aspecto constitutivo da sobrevivência simbólica.

Juntas, essas abordagens apontam para a memória social como um campo de forças que articula experiências, narrativas, pertencimentos e poder. Joël Candau

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

(2011) argumenta que o enfraquecimento dos grandes quadros organizadores da cultura e da sociedade leva à individualização e fragmentação da memória social. Essa fragmentação é potencializada ao extremo na experiência migratória, onde a ruptura com o território e a comunidade de origem exige do sujeito a recomposição de sua memória de forma ativa e individualizada.

Isso se dá porque o que lembramos nunca é apenas individual, e o que esquecemos nunca é exclusivamente uma falha: ambos são efeitos das condições sociais que moldam o tecido da vida. Em situações de deslocamento — quando os quadros coletivos se desfazem e precisam ser reconstruídos — a memória se torna um trabalho ainda mais exigente: ela precisa reorganizar tempos, recompor vínculos e inventar modos de permanecer no mundo.

É nesse ponto que se abre o espaço para pensarmos na memória social migrante: subcategoria da memória social que não deve ser encarada simplesmente como um conjunto de lembranças trazidas “de lá”, mas como a forma por meio da qual sujeitos em movimento elaboram rupturas, reconectam fragmentos, negociam identidades e produzem pertencas em um território atravessado por ausências, silenciamentos e reinvenções. Não por acaso a memória social oferece as bases para compreendermos esse processo. A migração, como veremos nas próximas seções, intensifica sua complexidade e exige novas referências analíticas.

MIGRAÇÃO, DIÁSPORA E IDENTIDADE

A experiência migratória — sobretudo em contextos de instabilidade — não se limita ao ato físico de cruzar fronteiras. Migrar é, antes de tudo, uma reorganização radical da vida, em que o sujeito se vê convocado a refazer pertencimentos, reconfigurar vínculos e reconstruir a narrativa de si diante de um mundo que já não o reconhece plenamente. Em alguns contextos históricos, esse processo adquire a forma de diáspora, caracterizada por dispersões coletivas que atravessam múltiplos territórios e produzem novas formas de inscrição política e identitária².

² A migração refere-se ao deslocamento de pessoas entre territórios, constituindo um processo demográfico e social que produz, na sociedade de acolhimento, a posição do imigrante (Sayad, 1998). Já a diáspora possui um foco mais histórico e político: envolve experiências coletivas de dispersão, a

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

O sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998), que trabalhou ao lado de Pierre Bourdieu, dedicou sua trajetória intelectual a compreender a migração argelina para a França. Em *A imigração – ou os paradoxos da alteridade* (1998), ele propõe uma análise que rompe com abordagens estritamente econômicas e mostra que migrar é um fenômeno social complexo, atravessado por dimensões históricas, políticas, culturais e subjetivas. Sayad (1998) evidencia como a imigração é construída socialmente como um “problema”, enfatizando que essa construção varia conforme o contexto e o tempo histórico. Para explicar o modo como as sociedades receptoras lidam com os imigrantes, o autor identifica três pilares que estruturam essa tolerância condicionada: a neutralidade política, a provisoriedade e a existência pelo trabalho. Embora aparentem ser princípios distintos, eles formam um arranjo interdependente que define os limites da aceitação social.

Dentro desse enquadramento, o imigrante é tolerado enquanto se mantém distante das disputas políticas internas da sociedade de acolhimento. Espera-se que ele permaneça “neutro”, não questione o sistema e não reivindique participação ativa no debate público. Essa neutralidade, contudo, é uma exigência unilateral que impede o acesso a um espaço político legítimo e autônomo. Paralelamente, sua inserção econômica funciona como segundo eixo dessa tolerância: o imigrante é valorizado, sobretudo por sua utilidade produtiva, sendo reconhecido mais como força de trabalho que como sujeito de direitos. Sua presença é aceita enquanto atende às demandas do mercado e contribui para o funcionamento da sociedade, o que reduz sua existência social à função laboral. Assim, Sayad (1998) demonstra que o imigrante é aceito como trabalhador, mas não como cidadão pleno — alguém cuja participação política, social e cultural permanece limitada.

A partir dessa estrutura de tolerância condicionada, Sayad (1998) argumenta, ainda, que a provisoriedade se torna o eixo fundamental que sustenta a aceitação social do imigrante. Sua presença é admitida enquanto for percebida como temporária — um estágio passageiro, legitimado tanto por discursos públicos quanto por

manutenção de vínculos — simbólicos ou materiais — com a terra de origem e a formação de redes que ultrapassam o Estado-Nação, tendo um caráter mais coletivo na pós-mobilidade (Hall, 2003).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

dispositivos legais que sugerem, de forma explícita ou velada, a expectativa de retorno ao país de origem. Essa percepção tranquiliza a sociedade de acolhimento, pois dissipa temores ligados à mudança demográfica e cultural, ao mesmo tempo em que justifica a ausência de direitos plenos: se está “de passagem”, não haveria motivo para assegurar a ele as mesmas formas de inclusão social, política e cultural garantidas aos cidadãos.

A migração, portanto, assume um caráter intrinsecamente paradoxal. O imigrante é socialmente interpretado como figura provisória, mas sua permanência tende, na prática, a se prolongar, tornando-se parte estrutural da vida social do país que o recebe. Esse descompasso produz uma tensão permanente que se sustenta por meio de uma ilusão coletiva compartilhada pela sociedade de acolhida.

Essa ilusão é continuamente alimentada por diferentes atores sociais. Discursos políticos, análises econômicas e práticas institucionais reforçam a ideia de temporalidade, mesmo quando reconhecem tacitamente que a presença migrante tende a se consolidar ao longo do tempo. Contudo, em momentos de crise — quando o desemprego aumenta ou a competição por recursos se intensifica — a retórica da migração temporária perde sustentação. As contradições emergem, revelando a complexidade da condição migrante e expondo o caráter construído do chamado “problema migratório”. Sayad (1998) evidencia que o próprio termo “imigrante” é contextual: sua definição é maleável, moldada pelas necessidades políticas, econômicas e simbólicas de cada momento histórico. A figura idealizada do “imigrante modelo” — trabalhador disciplinado, adaptável, discreto e, sobretudo, temporário — contrasta com a realidade concreta de permanências prolongadas, vínculos duradouros e tensões produzidas por essa discrepância entre expectativa e experiência.

Por conseguinte, a noção de “dupla contradição” formulada por Sayad (1998) descreve a condição de suspensão que marca a experiência migratória. O imigrante vive entre dois polos: de um lado, o provisório, sustentado pela expectativa — muitas vezes imaginada — de retorno; de outro, o definitivo, que se impõe à medida que a permanência se prolonga e a integração se torna inevitável. Essa ambivalência não é apenas vivida no plano íntimo: ela é produzida e reforçada por políticas migratórias,

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

discursos sociais e pelas próprias estratégias de adaptação. Do mesmo modo, ela atravessa a sociedade de acolhimento, que simultaneamente depende da força de trabalho imigrante e a marca como temporária, substituível e, portanto, socialmente secundária.

A migração, nesses termos, ultrapassa a dimensão material do deslocamento. Ela configura uma experiência simbólica que reorganiza identidades, redes de sociabilidade e formas de pertencimento. A perda do território de origem, o deslocamento dos quadros que sustentavam a identidade e a necessidade de forjar novos vínculos revelam a densidade subjetiva desse processo. Mesmo assim, as políticas migratórias raramente consideram essa complexidade: tendem a reduzir o imigrante à função produtiva, desconsiderando os efeitos sociais, culturais e afetivos que perpassam sua trajetória.

A provisoriedade, tal como tematizada por Sayad (1998), incide diretamente sobre a preservação da memória social dos imigrantes. A expectativa de retorno — ainda que remota ou ilusória — pode orientar a manutenção de práticas, símbolos e narrativas associadas ao país de origem, frequentemente em detrimento da elaboração de memórias ancoradas nos novos territórios. Ao mesmo tempo, essa insistência no passado pode fortalecer a memória coletiva da comunidade migrante, preservando a língua, os costumes e as tradições como forma de resistência simbólica e continuidade identitária.

Desse modo, a experiência migratória tende a produzir uma memória híbrida e multiterritorial, que não se limita à convivência entre duas culturas, mas resulta de trajetórias marcadas por deslocamentos sucessivos, experiências acumuladas e vínculos provisórios em diferentes países. Migrantes que atravessam três, quatro ou cinco territórios ao longo da vida constroem suas referências a partir de múltiplos pontos de passagem — afetivos, linguísticos, sociais e materiais — que se sedimentam de maneira desigual. Assim, essa memória não corresponde à simples justaposição entre “origem” e “destino”; trata-se de uma construção inédita, forjada no trânsito, na instabilidade e na tensão permanente entre pertencimentos que se ampliam, se desfazem e se recombina conforme as possibilidades de vida se reconfiguram. Paralelamente, o esforço para evitar o apagamento da identidade de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

origem também faz parte de uma memória social e política que confronta estigmas, reivindica dignidade e se opõe às narrativas que marginalizam o imigrante. Assim, a memória funciona também como instrumento de resistência, reafirmando a presença e a voz de grupos frequentemente silenciados.

Diante disso, a memória produzida na migração se constitui no cruzamento de tensões, negociações e contradições. Ela reúne fragmentos do passado e, ao mesmo tempo, cria outros modos de lembrar no presente, resultando em referências mnêmicas múltiplas, frequentemente “misturadas”, sempre em processo de reacomodação. A forma como essa memória se preserva, se transforma ou se fragiliza depende tanto das estratégias individuais e coletivas de adaptação — reconhecimentos, ressignificações, práticas de resistência — quanto das condições sociais, políticas e simbólicas que moldam a vida no país de acolhimento. A provisoriidade, nesse caso, deixa de ser apenas obstáculo: torna-se elemento estruturante da própria experiência migratória e da forma como os sujeitos elaboram suas narrativas, memórias e pertencas.

Ao tratar da migração como condição marcada pela oscilação entre permanência e suspensão, Abdelmalek Sayad (1998) revela que essa ambivalência repercute diretamente na memória. O “antes” — vinculado ao território de origem — persiste com força; o “depois”, no entanto, encontra dificuldades para se consolidar quando a legalidade é instável, o pertencimento é frágil e o futuro permanece incerto. A memória, desse modo, é produzida entre temporalidades desalinhadas: a lembrança da terra natal resiste, enquanto a construção de pertencimento no novo contexto enfrenta limites impostos pela própria condição migrante.

Quadro que se intensifica quando pensamos no conceito de memória fragmentada conforme formulado por Joel Candau (2011). Para o autor, toda memória é, por natureza, fragmentada. Lembramos de maneira descontínua: são imagens, sensações e episódios isolados que sobrevivem ao tempo e que se articulam não pela linearidade cronológica, mas pelas necessidades afetivas e simbólicas do presente. Em contextos de migração, essa fragmentação tende a se intensificar, pois os quadros sociais que davam coerência ao passado se rompem. O sujeito passa a reorganizar suas lembranças a partir de pedaços dispersos — marcas, cheiros,

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

objetos, narrativas — que carregam consigo na travessia. Assim, a memória em situação migratória não apenas guarda fragmentos: ela é produzida como fragmento, costurada no movimento, nas rupturas e nos reencontros que reorientam identidades e pertencimentos.

O entendimento acerca desse cenário de tensões entre o que se recorda e o que se reconstrói nos aproxima da discussão feita por Mary Louise Pratt (1999) sobre os efeitos das relações coloniais na produção de alteridades e memórias, dando um caráter ainda mais ético e político ao lembrar. Em *Os olhos do império*, Pratt (1999) examina como a literatura de viagem e outros dispositivos de representação eurocêntricos fabricaram não apenas imagens sobre o “outro”, mas regimes inteiros de visibilidade, interpretação e controle. Para a autora, essas narrativas não são observações neutras — são instrumentos de poder que organizam quem pode falar, o que pode ser dito e sob quais condições uma experiência pode ser reconhecida.

Chave analítica importante para pensarmos a memória em contextos transnacionais. Pratt (1999) oferece ferramentas que nos ajudam a compreender como as lembranças são negociadas, disputadas e transformadas nas zonas de contato, espaços onde sujeitos de origens diversas interagem sob assimetrias de poder. Nessas zonas, a memória dos migrantes — como a dos colonizados — é incessantemente tensionada por narrativas dominantes que selecionam, silenciam ou distorcem determinadas experiências. Assim, a leitura de Pratt (1999) permite reconhecer que a memória migrante não se forma apenas pela relação com a terra natal, mas pela forma como o sujeito é visto, interpretado e posicionado no mundo por estruturas simbólicas que o antecedem e o ultrapassam.

Ao analisar a circulação de narrativas em contextos coloniais e pós-coloniais, Mary Louise Pratt (1999) enfatiza que a narrativa do “outro” não pode ser compreendida como um arquivo estático de fatos, mas como um processo contínuo de construção e interpretação, permanentemente atravessado por relações de poder. Em contextos transnacionais, esse processo torna-se ainda mais complexo, pois envolve o encontro — frequentemente assimétrico — entre diferentes culturas, regimes de representação e sistemas de autoridade simbólica.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Para evidenciar essa dinâmica, Pratt (1999) desenvolve o conceito de zona de contato, termo que designa os espaços em que sujeitos de origens distintas se encontram sob condições desiguais, negociando posições, identidades e sentidos. Tais desigualdades ecoam o que Sayad (1998) identifica na própria condição migrante: um sujeito estruturalmente dominado, cuja presença é regulada por expectativas de provisoriedade e por hierarquias políticas, sociais, institucionais e simbólicas.

Nesse cenário, a memória produzida nesses encontros não decorre da simples sobreposição das experiências de cada grupo. Ela emerge como construção híbrida e contestada, constantemente renegociada em meio a trocas assimétricas, adaptações forçadas e práticas de resistência. A memória que nasce nessas zonas é sempre marcada pelo peso do poder: nasce no atrito, nas disputas e nas tentativas — nem sempre bem-sucedidas — de romper os enquadramentos que definem quem pode falar e sob quais condições suas narrativas são ouvidas e reconhecidas.

Pratt (1999) também mobiliza o conceito de transculturação para explicar como culturas interagem, se misturam e se transformam sem que uma absorva totalmente a outra. A memória que se forma nesse processo não é transferida de modo passivo entre territórios: ela é recriada e ressignificada pelos sujeitos que vivenciam o encontro cultural. Assim, torna-se espaço de diálogo e disputa, no qual identidades são reelaboradas e narrativas hegemônicas são tensionadas. É nesse terreno que os grupos subordinados encontram brechas para reinterpretar e resistir às memórias impostas, demonstrando que lembrar, nesses contextos, é também um gesto político.

Esse movimento de resistência ecoa o que Michael Pollak (1989) chamou de memórias subterrâneas — narrativas que persistem à margem das versões hegemônicas, sobrevivendo em silêncio via práticas cotidianas e em formas alternativas de transmissão. Nas zonas de contato descritas por Pratt (1999), essas memórias emergem como contra-discursos, reabrindo sentidos e desestabilizando o regime colonial de representação.

Em diálogo com as reflexões de Pratt (1999), Paul Gilroy (2001) aprofunda a discussão ao examinar a produção de sentido no interior da diáspora africana. Em *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, o autor desloca o foco da

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

experiência colonial para a constituição de uma história coletiva negra transnacional, forjada pela travessia forçada do Atlântico, pela violência da escravidão e pelas lutas contínuas contra o racismo. Enquanto Pratt (1999) evidencia como o olhar colonial molda e restringe as narrativas sobre o “outro”, Gilroy (2001) enfatiza a força criativa e política das comunidades negras em produzir, transmitir e reinventar suas próprias histórias — frequentemente à margem ou em resistência às narrativas hegemônicas.

Para Gilroy (2001), essa história em comum não se limita ao território nacional, nem se sustenta no pertencimento a um Estado específico. Ela se constrói na experiência histórica compartilhada da dispersão, nas rotas transatlânticas, nos vínculos culturais que atravessam continentes e nas práticas estéticas e políticas que emergem como resposta à violência racial. Assim, o autor propõe o conceito de Atlântico Negro, um espaço cultural e histórico que ultrapassa fronteiras e conecta populações negras das Américas, do Caribe, da Europa e da África a partir de experiências comuns de opressão, de resistência e de criação.

O Atlântico Negro não é uma unidade fixa, mas uma formação cultural viva, marcada por fluxos contínuos entre o local e o global. A travessia, o deslocamento e a reinvenção constante instituem o cerne dessa identidade diaspórica, que se expressa em múltiplas linguagens — da música à política, da oralidade às formas literárias — criando um repertório transnacional que desafia e desestabiliza o projeto colonial de silenciamento. Para Gilroy (2001), essa cultura negra em movimento produz uma história que não é mera lembrança do trauma, mas fonte de solidariedade, reconhecimento e resistência, capaz de reconfigurar tanto a experiência individual quanto os imaginários coletivos.

A compreensão da experiência diaspórica africana (Gilroy, 2001) evidencia a tensão permanente de sujeitos que precisam navegar entre identidades culturais múltiplas — por vezes convergentes, por vezes conflitantes. Essa consciência dupla, ou mesmo múltipla, nasce do fato de pertencer simultaneamente à diáspora e ao Estado-Nação, produzindo uma imagem de si fragmentada e dinâmica, sempre em processo de reconstrução.

No interior do Atlântico Negro, essa condição cria formas culturais híbridas, que escapam às categorias rígidas de origem e pertencimento. As expressões

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

culturais que emergem desse espaço — musicais, religiosas, literárias, políticas — combinam elementos africanos, caribenhos, americanos e britânicos, configurando práticas que não podem ser reduzidas a qualquer uma dessas matrizes isoladamente. Trata-se de uma cultura que se forma no entre, na travessia, no deslocamento e nos encontros forçados e improváveis da diáspora.

À vista disso, Gilroy (2001) rompe com as noções tradicionais de identidade enraizada e de cultura nacional. Para ele, a cultura negra do Atlântico é essencialmente transnacional, definida por sua hibridez constitutiva e pela fluidez que a sustenta. Essa formação cultural nasce da violência da dispersão africana, mas também da criatividade e da capacidade de resistência das populações negras que, ao longo de séculos, transformaram dor e deslocamento em produção simbólica, estética e política.

Ao destacar essa dimensão transnacional da cultura negra, Gilroy (2001) revela que a história produzida na diáspora não é apenas lembrança de um passado comum, mas um projeto político e cultural que conecta comunidades separadas geograficamente, mas unidas pela experiência compartilhada do racismo, pela luta contra a colonização e pela invenção contínua de modos de existir. O Atlântico Negro, nesse sentido, é um espaço de circulação de identidades e práticas que desestabilizam as narrativas hegemônicas e afirmam a capacidade das comunidades subordinadas de elaborar e transmitir suas próprias histórias, mesmo diante das estruturas de poder que tentam silenciá-las.

A leitura de Gilroy (2001) permite, portanto, ampliarmos o debate sobre memória social para além dos limites do Estado-Nação. Se o Atlântico Negro constitui um espaço transnacional de circulação de práticas, afetos e narrativas negras, podemos reconhecer que algo semelhante ocorre com as memórias sociais produzidas na migração. Assim como a cultura negra atlântica se forma no movimento — entre travessias, rupturas e reinvenções — as memórias de diferentes sujeitos em mobilidade também se constroem em redes que ultrapassam fronteiras políticas e geográficas. A memória, nesse sentido, deixa de depender exclusivamente dos quadros sociais (Halbwachs, 1925) enraizados em um território de pertença e passa a operar em quadros móveis, translocados, multiterritoriais. São memórias sociais

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

que se organizam em fluxos: carregam marcas da origem, mas também incorporam camadas produzidas nos deslocamentos sucessivos, nos encontros interculturais e nas lutas políticas compartilhadas. Podemos dizer que existe uma constelação de memórias sociais migrantes, cada qual modulada por suas trajetórias de violência, resistência e criação — memórias que se alimentam de referências dispersas, mas que encontram força na experiência comum do movimento.

Nesse contexto, a memória social produzida na migração não se limita às fronteiras do Estado-Nação, mas se constitui a partir de narrativas, práticas e referências identitárias que circulam entre territórios e desafiam as versões hegemônicas de pertencimento.

A discussão de Stuart Hall (2003) sobre identidades diaspóricas permite articular os processos de negociação cultural e reconstrução de pertencimentos que atravessam as experiências migratórias e que incidem diretamente na forma como memórias são elaboradas nesses contextos. O autor destaca que as identidades na diáspora são fluídas, híbridas e sempre inacabadas, resultantes de negociações constantes entre elementos herdados e elementos adquiridos. Por meio de mediações culturais como a língua, a mídia, a religião, a música e as artes, sujeitos dispersos elaboram sentidos de si e constroem vínculos que não dependem de um território fixo. Essas mediações não são neutras: elas refletem relações de poder, marcando o que pode ser expresso, reconhecido ou silenciado no processo de construção identitária.

A diáspora produz uma forma particular de identidade — híbrida, múltipla, relacional — que não se ancora em uma origem essencial (Hall, 2003), mas se define no encontro entre diferenças. A identidade não é estática nem homogênea; é uma construção dinâmica marcada pela experiência do deslocamento, pela convivência entre pertencimentos distintos e pela transformação contínua das referências culturais. Ao rejeitar visões essencialistas, o autor compreende a diáspora como processo histórico de longa duração que atravessa gerações e produz formas culturais novas, resultantes da interação entre diversos sistemas simbólicos.

Essas perspectivas são importantes para pensarmos a memória social migrante. Se as identidades diaspóricas são plurais e móveis, as memórias também

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

se tornam plurais e móveis — elaboradas a partir de repertórios que cruzam fronteiras, dialogam com múltiplas tradições e se constituem na tensão entre identidade e diferença. Ao evidenciar a complexidade desses processos, Hall (2003) oferece indícios importantes para compreendermos como, na mobilidade dos sujeitos, lembrar também é negociar, selecionar, ressignificar e reinventar.

É nessa direção que Édouard Glissant (2005) aprofunda a reflexão ao propor o conceito de Relação, operador analítico constituído para capturar a complexidade das interdependências que ligam povos, culturas e histórias. Também para este autor, as identidades são formações sempre em movimento, moldadas pela tensão entre raízes locais e fluxos globais que redefinem continuamente os parâmetros do pertencimento. Ao contrapor a identidade-raiz — voltada para a pureza, a permanência e a exclusividade — à identidade-relação, Glissant (2005) reivindica uma concepção que acolhe a multiplicidade, a variação e a abertura ao outro como princípios constitutivos do existir.

Nessa perspectiva, os contatos culturais intensificados pela globalização e pelos fluxos migratórios não produzem apenas encontros enriquecedores; eles também geram fricções, apagamentos e violências, especialmente quando sustentados por lógicas universalizantes que tentam padronizar o mundo e suprimir as particularidades culturais. Em várias de suas obras Édouard Glissant (2005) critica a violência dessas forças hegemônicas, que buscam homogeneizar as diferenças, e mostra como esses processos desencadeiam não apenas resistências, mas também redefinições identitárias capazes de criar novas formas de solidariedade e imaginação comunitária.

Com base nessa compreensão, o autor defende a necessidade de um pensamento ético e estético comprometido com a pluralidade. A verdadeira prática da Relação exige uma generosidade moral que aceite a opacidade do outro — isto é, seu direito a não ser totalmente compreendido, traduzido ou reduzido — e reconheça o mundo como um tecido de diferenças interconectadas. Essa visão rejeita hierarquias culturais e celebra a criatividade que emerge dos encontros, mesmo (e sobretudo) quando eles são turbulentos.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Para Glissant (2005), viver no caos-mundo — a paisagem global marcada por fluxos acelerados, rupturas e interdependências — não deve ser visto como um problema a ser resolvido, mas como uma condição a ser habitada de modo inventivo. É nesse cenário que surgem novas sensibilidades, práticas de convivência e formas de pertencimento que não se vinculam a uma única origem, mas à contínua tessitura de relações que fazem do mundo um mosaico vivo e instável.

De igual maneira, bell hooks³ em *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022), aprofunda a reflexão sobre identidade e comunidade a partir de uma pergunta fundamental: o que significa pertencer? A autora parte de sua própria experiência de retorno ao sul dos Estados Unidos para examinar como o pertencimento é moldado pelas relações humanas, pelos vínculos com a terra e pelas práticas cotidianas que conectam indivíduos às suas histórias, culturas e memórias. Suas narrativas pessoais funcionam como ponto de partida para discutir as condições sociais que sustentam — ou negam — a experiência de sentir-se parte de um lugar.

Ao fazer isso, hooks (2022) mostra como o racismo, o patriarcado e a desigualdade de classe produzem geografias de exclusão, limitando quem pode ocupar determinados espaços e de que forma. Para ela, o pertencimento não é um dado, mas uma prática ativa, construída na relação com o outro, na valorização da diferença e na criação de comunidades capazes de acolher múltiplas experiências. A terra, a comida, os rituais e as relações de cuidado tornam-se, assim, elementos centrais na formação de um sentido de lugar que vai além da geografia: é uma experiência vivida, afetiva e profundamente política.

Ao desafiar normas de exclusão que estruturam a vida social, bell hooks (2022) propõe uma ética do pertencimento que reconhece a complexidade das identidades e a necessidade de construir espaços onde histórias silenciadas possam emergir. Pertencer, para ela, significa engajar-se em relações que afirmam a dignidade e a singularidade de cada pessoa, reconfigurando modos de convivência e abrindo possibilidades para formas mais inclusivas de comunidade.

³ A grafia do nome da autora em letras minúsculas respeita seu desejo de não desviar a atenção do indivíduo para sua obra e ideias, priorizando o coletivo. Trata-se, pois, de um gesto marcadamente político de nossa interlocutora.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Com isso, hooks (2022) oferece uma visão poderosa sobre como as experiências de lugar e de pertencimento estão entrelaçadas com as estruturas de poder que definem quem é visto, quem é ouvido e quem é autorizado a ocupar determinados espaços. Suas reflexões, embora forjadas a partir de um contexto pessoal e racial, iluminam processos mais amplos: mostram que identidades — e, por extensão, memórias — são constantemente moldadas pelas relações que estabelecemos com os territórios físicos e simbólicos que habitamos. Revelam, também, que, diante de exclusões históricas, a criação de comunidades baseadas na diferença e no cuidado pode se tornar um caminho para práticas de memória e de resistência.

Em face disso, as contribuições de Mary Louise Pratt (1999), Paul Gilroy (2001), Stuart Hall (1992, 2003), Édouard Glissant (2005) e bell hooks (2022) convergem ao evidenciar que identidade, pertencimento e memória são processos coletivos, relacionais e profundamente atravessados por disputas de poder. A crítica de Pratt (1999) à imposição de narrativas coloniais revela como a história é continuamente negociada nos encontros culturais, enquanto o conceito de transculturação ilumina a capacidade dos grupos subordinados de transformar e recriar sentidos a partir dessas interações. Em paralelo, Gilroy (2001) e Hall (1992, 2003) mostram que a diáspora e a hibridização rompem com modelos fixos de identidade, produzindo formas culturais dinâmicas e insurgentes que desafiam narrativas hegemônicas. Já hooks (2022) destaca que pertencimento, cuidado e comunidade são construídos em práticas cotidianas que afirmam a diferença e resistem às geografias e aos marcadores de exclusão.

Tomadas em conjunto, essas perspectivas indicam que a memória — assim como a identidade e o pertencimento — é fruto de interações que se dão entre culturas, lugares e histórias, as quais se expressam na tensão entre continuidade e transformação. Nesse cenário, memórias e tradições compartilhadas desempenham papel central na constituição das identidades migrantes, conectando diferentes gerações e permitindo que comunidades dispersas reinventem sentidos de origem, lugar e vínculo. Contudo, essas memórias não podem ser compreendidas por meio de uma visão linear, homogênea ou assimilacionista de integração. A experiência

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

migratória exige reconhecer a importância da história, das narrativas individuais e coletivas, além da constante reconstrução identitária em contextos transnacionais.

É a partir dessa compreensão que se torna possível delinear o que estamos denominando aqui de Memória Social Migrante. Longe de ser a soma de lembranças individuais distribuídas ao longo de diferentes territórios, trata-se de uma construção complexa, fluida e multiescalar, atravessada por forças históricas, políticas, sociais e culturais que atuam simultaneamente no plano global e local. A Memória Social Migrante é produzida nos deslocamentos, nos encontros interculturais, nos conflitos e nas negociações que marcam a vida em trânsito; é continuamente refeita, tensionada e ressignificada à medida que os sujeitos deslocam fronteiras físicas e simbólicas. Por isso, ela é também espaço de resistência, de criatividade e de reinvenção identitária — um território onde se elaboram perdas, se reconstróem vínculos e se produzem novos modos de existir no mundo.

MEMÓRIA SOCIAL MIGRANTE: UMA SUBCATEGORIA ANALÍTICA

Ainda que a literatura registre usos esparsos da expressão “memória migrante” — frequentemente limitada à preservação das origens —, essas referências não configuram um conceito propriamente dito, mas aplicações pontuais em estudos de caso. Com isso, identificamos que falta ao campo uma elaboração teórica que articule memória social, deslocamento, hibridização identitária, migração, diáspora e relações de poder. É precisamente essa lacuna que este artigo busca preencher ao propor o conceito de Memória Social Migrante como categoria analítica, definindo seus contornos conceituais e apresentando suas dimensões constitutivas. A proposta não apenas sistematiza debates dispersos, mas oferece um horizonte teórico integrado para compreendermos como a memória é produzida, reelaborada e transmitida em contextos de mobilidade.

Assim, a partir das bases teóricas discutidas nas seções anteriores, torna-se possível delinear o que chamamos aqui de Memória Social Migrante (MSM): uma categoria analítica que integra a tradição da memória social com as contribuições dos estudos da migração e diáspora, articulando deslocamento, pertencimento, silêncio e reinvenção. Diferentemente da memória “de” migrantes — frequentemente tratada

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

como arquivo de origem, registro de saudade ou preservação cultural —, a Memória Social Migrante refere-se a um modo específico de produção e circulação da memória, estruturado pela experiência do movimento e pelas tensões que o acompanham.

A Memória Social Migrante emerge, antes de tudo, da ruptura dos quadros sociais que sustentavam a vida cotidiana (Halbwachs, 1925; 1990). Quando esses quadros colapsam — pela perda do território, das redes de apoio, da língua compartilhada ou da estabilidade material —, o sujeito se vê convocado a reconstruir o sentido do vivido. Essa reconstrução não ocorre de maneira linear: ela se tece entre ausências, silêncios, fragmentos e reelaborações que revelam tanto a vulnerabilidade quanto a potência da experiência migratória.

Se Michael Pollak (1989) nos lembra que toda memória é atravessada por zonas de sombra, a migração intensifica essa condição ao introduzir novos regimes de visibilidade e ocultamento. A Memória Social Migrante é marcada pela seletividade ética do que pode ser narrado e pela necessidade de proteger determinadas experiências do olhar alheio. Há lembranças que se silenciam para sobreviver; outras que se reativam no gesto cotidiano, no sotaque preservado, na comida que refaz o país ausente. Assim, a Memória Social Migrante não se expressa apenas pela palavra, mas também por práticas sensíveis, por afetos e por micro gestos que mantêm vivo aquilo que a história oficial tende a apagar.

Ao mesmo tempo, os deslocamentos reposicionam a memória como campo de invenção. Como apontam Stuart Hall (1992, 2003) e Paul Gilroy (2001), a identidade diaspórica é híbrida, relacional e inacabada. A Memória Social Migrante, nesse sentido, não propõe um retorno nostálgico a uma origem fixa, mas se expressa como um movimento contínuo de tradução: ela negocia referências, incorpora novas camadas simbólicas, produz sentidos que não existiam antes da travessia. Édouard Glissant (2005) chama esse processo de “identidade-relação” — uma identidade que não se sustenta no mesmo, mas na abertura ao outro. Nesse horizonte, a Memória Social Migrante é também memória criativa, que transforma a perda em possibilidade e o desenraizamento em gesto de reconstrução.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Essa memória que se move, contudo, não se desprende das estruturas de poder que organizam a mobilidade global. Em contextos marcados por desigualdades raciais, econômicas e coloniais, a migração é atravessada por relações que regulam quem tem o direito de narrar e sob quais condições essa narrativa é validada. A Memória Social Migrante é, portanto, também memória política: ela desafia invisibilidades, contesta discursos hegemônicos e produz contranarrativas que reclamam lugar para histórias que raramente encontram espaço na esfera pública.

Assim, compreendemos a Memória Social Migrante (MSM) como uma forma de memória social, uma subcategoria do campo produzida nos e pelos contextos de migração, marcada pela recomposição contínua dos quadros de pertencimento, pela imposição e pela seletividade do lembrar, bem como pelo trânsito entre múltiplas referências culturais, territoriais e afetivas. É a forma como sujeitos em mobilidade elaboram rupturas, recombina fragmentos, negociam identidades e produzem pertencimentos em contextos atravessados por perda, silenciamentos e reinvenções.

Dessa maneira, a escolha do termo “migrante” permite abarcar a condição de ruptura, provisoriedade e desfiliação imposta ao sujeito (Sayad, 1998), ao mesmo tempo em que dialoga com perspectivas que analisam experiências de dispersão e hibridização cultural (Hall, 2003; Gilroy, 2001), reconhecendo que a mobilidade contemporânea produz formas específicas de recomposição dos quadros sociais da memória. A MSM, portanto, se situa na intersecção da memória social clássica com a condição de mobilidade contemporânea, justificando sua necessidade como categoria analítica. Ela se manifesta em cinco dimensões centrais:

- a) **a recomposição contínua dos quadros de pertencimento:** a migração, especialmente a forçada, implica a ruptura dos quadros sociais de memória (Halbwachs, 1925; 1990) que sustentavam a identidade e o sentido de pertencimento no local de origem. A MSM atua como um mecanismo de recomposição desses quadros, não pela simples substituição, mas pela criação de novos "lugares de memória" (Nora, 1986), novos marcos de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

enraizamento ⁴ (Silveira, 2014 e Weil, 1996) que são simultaneamente transnacionais e locais;

b) a seletividade ética do lembrar e o silêncio protetor: toda memória é seletiva, mas na MSM essa seletividade adquire uma dimensão ética e política particular. O ato de lembrar, em contextos de trauma e deslocamento, é mediado pela necessidade de sobrevivência e pela proteção da identidade. A MSM incorpora a ética da lembrança (Ricoeur, 2007), onde o sujeito escolhe o que deve ser narrado, o que deve ser silenciado e o que deve ser esquecido para que a vida no presente seja possível. O silêncio (Pollak, 1989) não é apenas esquecimento ou censura, mas um território de proteção onde a dor da perda e do trauma se resguarda da exposição. O migrante se silencia, quase sempre, sobre a violência, a perda de status social ou a saudade, não por negação, mas por um gesto de autocuidado e resistência contra a marginalização. O que é lembrado e narrado publicamente serve, muitas vezes, à construção de uma narrativa de força e superação, enquanto o silêncio guarda a vulnerabilidade;

c) a circulação transnacional de referências e a hibridização: a MSM é transnacional e híbrida. Ela não está confinada a um único território, mas circula entre o país de origem e o(s) país(es) de acolhimento. Esta dimensão dialoga diretamente com as teorias da diáspora (Hall, 1992, 2003; Gilroy, 2001), que veem a identidade como um processo de produção e não como algo inato ao ser. A MSM é a memória da identidade em movimento, que se alimenta de referências culturais que atravessam fronteiras. A cultura de

⁴ De acordo com Silveira (2014) e Simone Weil (1996), “a noção de enraizamento expressa uma forma de estar no mundo. Diz de um conjunto de atividades e experiências de subjetivação que conferem estabilidade e sentido à interação coletiva, bem como às marcas de individualidade que atravessam cada sujeito. Desta feita, os “seres” enraizados são aqueles que enriquecem as práticas da comunidade e fortalecem suas raízes. Que participam de grupos cuja herança do passado alimenta a gramática simbólica moduladora de uma dada noção de cultura. Uma cultura que impede a desagregação dos cidadãos e a paralisia do conhecimento.

Em síntese, o que aqui se denomina de enraizamento refere-se ao conjunto de experiências intersubjetivas e de ações concretas que buscam recriar o mundo através de práticas sociais transformadoras” (Silveira, 2014, p. 135-136).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

origem é ressignificada e hibridizada (Glissant, 2005) no novo contexto, instituindo novas formas de expressão e pertencimento. A circulação de objetos, músicas, comidas e notícias entre os territórios de origem e destino mantém os quadros de memória fluidos e em constante atualização, desafiando a noção de uma memória marcadamente enraizada;

d) a inscrição da memória nas relações de poder e nos regimes de visibilidade: a MSM é produzida no interior de relações de poder que moldam a mobilidade global e regulam quem tem o direito de lembrar, narrar e existir no espaço público. A migração é atravessada por forças coloniais, raciais, econômicas e políticas que definem quais histórias podem circular e quais permanecem subterrâneas (Pollak, 1989). Como mostram Pratt (1999) e Gilroy (2001), as zonas de contato e os circuitos diaspóricos são espaços assimétricos, onde narrativas hegemônicas se sobrepõem às experiências dos grupos subalternizados. A MSM, portanto, não é apenas um processo cultural, mas também um campo de luta simbólica: ela confronta discursos que reduzem o migrante à provisoriedade, à mão de obra ou à figura da alteridade problemática (Sayad, 1998), reivindicando novas formas de pertencimento e reconhecimento. Nesta dimensão, lembrar torna-se um ato político que disputa regimes de visibilidade, que ressignifica marcas de exclusão e que afirma a legitimidade de experiências historicamente marginalizadas. A MSM, assim, revela como a memória em contextos migratórios é permanentemente negociada sob condições desiguais e como, mesmo nesse cenário, surgem contranarrativas que desestabilizam hierarquias e possibilitam outras formas de existir no mundo;

e) articulação entre perda, resistência e invenção: a MSM é o campo onde a perda (do território, do status, dos vínculos) se transforma em resistência e invenção. A experiência da migração é marcada pela ausência (Sayad, 1998), mas a memória social do grupo não se limita à lamentação. A resistência se manifesta na contramemória, na afirmação de uma narrativa que se opõe àquela imposta pela sociedade de acolhimento. A invenção, por sua vez, é o

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

ato de reexistir, de criar futuros e novas formas de vida social. A MSM é, portanto, a memória que permite ao sujeito migrante transformar a dor da ruptura em potência criativa, utilizando o passado como âncora para a construção de um presente e futuro que lhes pertençam. O passado é mobilizado não como nostalgia paralisante, mas como recurso simbólico para a reinscrição social.

Como se vê, a definição de Memória Social Migrante (MSM) busca sistematizar um campo ainda disperso, oferecendo uma categoria capaz de compreender a complexidade das lembranças que se movem com os sujeitos e que se refazem no exato ponto onde o passado e o futuro se encontram — na fronteira, na travessia, no entre. A Memória Social Migrante não é apenas memória em deslocamento: é memória que reconfigura o próprio modo de existir, desestabilizando fronteiras, renegociando identidades e criando novos territórios simbólicos onde pertencer se torna novamente possível.

Desse modo, a Memória Social Migrante não se reduz à preservação de um passado anterior à partida; ela nasce do movimento, das tensões que atravessam a vida em trânsito e das reinvenções que marcam essa experiência. A migração aparece, então, como espaço duplo: de desestabilização e perda, por um lado, e de criação de novos sentidos, por outro. É nesse entre — entre ruptura e continuidade, entre ausência e reinvenção — que essa memória se constitui como forma singular de produção de significado.

Portanto, a partir das discussões desenvolvidas, torna-se possível refletir como determinadas formas de memória não apenas acompanham o movimento migratório, mas são impactadas por ele. Assim como a tradição da memória social reconhece que recordar é um fenômeno que emerge nas e pelas interações sociais, a experiência migratória evidencia que a memória também se constitui nas e pelas migrações. São os deslocamentos sucessivos, as zonas de contato, os encontros interculturais e as negociações identitárias e de pertencimento que criam os quadros e repertórios necessários para que lembranças sejam elaboradas, reinterpretadas e

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

transmitidas. A Memória Social Migrante, nesse sentido, não se limita a preservar um passado anterior à travessia; ela nasce do movimento, das tensões, das novas interações no(s) país(es) de acolhida e das reinvenções que configuram a vida em trânsito, revelando que a migração é, simultaneamente, espaço de ruptura e de produção de novos sentidos.

CONSIDERAÇÕES

A articulação entre memória e migração revela um campo teórico marcado por tensões, ausências e dispersões conceituais. Embora expressões como “*migrant memory*” ou “memória migrante” circulem em diferentes áreas — das artes aos estudos culturais —, ainda carece de uma sistematização sólida que dialogue diretamente com a tradição da memória social. Este artigo buscou contribuir para minimizar essa lacuna ao propor um percurso de revisão crítica centrado em aproxima autores clássicos e contemporâneos, identificando convergências, contrapontos e possíveis caminhos de síntese.

Ao revisitar Maurice Halbwachs (1925; 1990), Michael Pollak (1989), Ecléa Bosi (2007) e Paul Ricoeur (2007), evidenciamos que a memória é um fenômeno social, ético e seletivo, enraizado nas relações, nos quadros coletivos e nos regimes de visibilidade que estruturam o que se pode lembrar. Ao dialogar com Stuar Hall (1992, 2003), Paul Gilroy (2001), Édouard Glissant (2005), Mary Louise Pratt (1999) e bell hooks (2022), mostramos que a migração introduz uma ruptura nesses quadros, inaugurando formas de pertencimento pautadas pelo movimento, pela hibridez e pela negociação constante de identidades. Quando esses dois campos se encontram — memória social e migração —, torna-se evidente que a migração não apenas desloca corpos: ela desloca também a própria memória, convocando-a a reorganizar sentidos, recompor vínculos e inventar novas formas de continuidade.

É nesse horizonte que se inscreve a noção de Memória Social Migrante – uma subcategoria do campo da memória social –, aqui delineada como categoria analítica que permite compreender a memória produzida em contextos de deslocamento. Ao integrarmos contribuições dispersas e identificarmos lacunas no debate, propusemos a Memória Social Migrante como forma de memória social caracterizada pelo trânsito

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

entre múltiplas referências, pela reconstrução contínua dos quadros de pertencimento, pela seletividade ética do lembrar, pelas relações de poder e pela articulação entre silêncio, perda, resistência e criação.

No entanto, é preciso enfatizar que esta proposta não pretende encerrar o tema, mas abri-lo: oferecer uma base teórica para investigações futuras que possam aplicar, tensionar e aprofundar a categoria em diferentes contextos empíricos. Seja nas narrativas de migrantes, nos arquivos diaspóricos, nas práticas culturais transnacionais ou nos estudos da informação, a Memória Social Migrante se apresenta como ferramenta analítica fértil para se compreender como sujeitos em movimento produzem e reelaboram sentidos de si e do mundo, introduzindo a noção de que a memória social dos sujeitos em deslocamento é produzida (e negociada) na e pela migração.

Por fim, esperamos que esta sistematização contribua não apenas para o campo da memória social, mas para a reflexão mais ampla sobre as práticas de lembrar em tempos de mobilidade global, crise humanitária e disputas narrativas. Em um mundo marcado por fronteiras rígidas e deslocamentos cada vez mais intensos, compreender a memória que se move — e que resiste — é compreender também novas formas de existência, pertença e criação.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOOKS, Bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante, 2022.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1986.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Historicos. v. 2, nº 3, 1989.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC. 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessaa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.128-150, out./dez. 2014.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOBRE OS AUTORES

Uiara Lopes Miranda

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5859-1964>

E-mail: lopes.uiara@gmail.com

Fabrício José Nascimento da Silveira

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais;

Professor do curso de graduação em Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0446-3913>

E-mail: fabrisilveira@gmail.com